

negociação.

O presidente do Banco Central acha que conseguirá renegociar a dívida por cinco anos. Mas prefere cautela ao discutir o que o País pretende conseguir de seus credores.



O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, garantiu que o Brasil cumprirá todas as metas acertadas na quinta carta de intenções — inclusive a monetária — e afirmou que o País buscará, na fase 3 da renegociação, suprir as necessidades de pagamentos dos próximos cinco anos, após o apoio formal dado à proposta pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière.

Com cautela, Pastore disse que o Brasil deve explorar as idéias em evolução para, quando tiver um quadro mais claro da economia mundial e dos juros internacionais, iniciar as consultas formais para a renegociação da dívida a vencer a partir de 1985.

Por considerar "um pouco cedo" para a avaliação mais precisa do panorama a ser enfrentado na próxima etapa de renegociação, o presidente do Banco Central observou que, por enquanto, o governo brasileiro só analisa os resultados das negociações anteriores e examina as alternativas que se abrem. Ressaltou apenas que "está havendo evolução favorável para a renegociação".

Pastore explicou que "a experiência recente em vários países levou o FMI e os banqueiros a aprenderem a conhecer as restrições que estão sendo co-locadas na renegociação da dívida".

O cumprimento da meta semestral exigirá o corte, em junho, de cerca de 8% no saldo da base monetária, para manter os estritos 13,5% estabelecidos para o período, mas o presidente do BC assegurou que esses limites serão cumpridos, bem como o teto de 50% previsto ao longo do ano.

Embora Pastore tenha ressaltado que, a esta altura, não há tempo para rever os tetos do acordo com o FMI, o presidente do Banco Sogeral, Elmo de Araújo Camões, após encontro com ele e com o diretor da Área Bancária do BC, José Luiz Silveira Miranda, manifestou a convicção de que as autoridades monetárias já iniciaram gestões junto ao organismo internacional para reexaminar a meta de expansão monetária deste ano modificando-a de 50% para "pelo menos 65%".

Os números da expansão da base em maio serão fechados hoje. Por isso, Pastore recusou comentar o eventual desvio monetário em maio, após o crescimento de 17,4% em abril. Silveira Miranda também não fez nenhum comentário sobre o assunto.

Para Araújo Camões, contudo, a explosão da base monetária nos últimos dois meses vai provocar mais aperto na oferta de crédito e, em consequência, reforçar a atual tendência de alta dos juros. Ele explicou:

— As exportações geram inflação e, para enxugar os cruzeiros de contrapartida dos dólares dos exportadores, o BC precisa colocar títulos da dívida pública. Por isso, os juros estão subindo e tal situação só aperta o cliente e não favorece os bancos.

O presidente do Sogeral sustenta que o Brasil deve mudar as metas de política monetária, sob pena de condenar a economia brasileira à maior recessão. Diante da expectativa de que a inflação deste ano ficará em torno de 170%, na melhor das hipóteses, Araújo Camões defendeu aumento de no mínimo 15% nos tetos de expansão da base monetária e dos meios de pagamento.

Papel dos EUA

É preciso que o governo dos EUA ajuste sua política econômica e monetária em função dos problemas dos países devedores, caso contrário, não haverá uma solução satisfatória para o problema do endividamento dessas nações, opinou o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Ele explicou que a administração Reagan tem dito que o problema da dívida é dos bancos e não do governo norte-americano. Só que os juros cobrados pelos bancos internacionais decorrem exatamente da política econômica dos EUA, argumentou Simonsen.

O porta-voz do Itamaraty, Bernardo Pericás, anunciou ontem que ficou adiada para hoje a entrega à primeira-ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, da carta que ela deveria receber ontem, em Londres, dos embaixadores do Brasil (representando também a Argentina), México, Colômbia, Venezuela, Peru e Equador. Por "razões técnicas", a carta foi entregue ontem em apenas dois dos sete países mais ricos: França e Canadá. Na próxima semana, os embaixadores dos países latino-americanos signatários da carta devem reunir-se com autoridades do Ministério das Relações Exteriores da França.

Ao comentar a reunião da véspera, no Planalto, entre o chanceler Saraiva Guerreiro e os ministros do Planejamento e Fazenda, Delfim Neto e Ernane Galveas, Pericás disse: "Ficamos satisfeitos. A reunião foi muito boa". O porta-voz informou que, agora, assessores dos três ministros vão pormenorizar as impressões trocadas nesse primeiro encontro.

Pastore: cautela na próxima